



CLIPPING



13 de
AGOSTO
2021

EMPOUCASLINHAS

➤ **Foi marcado para próximo dia 26, o lançamento do livro “Tratando Direito de Direitos”, de autoria do desembargador do Tribunal**

de Justiça do Pará (TJPA), Milton Nobre.

➤ **O evento será no Salão Nobre no TJPA, cujo prédio fica à avenida Almirante Barroso.**

G1 Pará - Belem, 13 de agosto de 2021***Alepa aprova programa que incentiva contratação de mulheres vítimas de violência doméstica***

A Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) aprovou nesta terça-feira (10) o projeto de Lei 50/2020, que propõe a criação do Programa Estadual de Incentivo Fiscal às empresas que contratarem mulheres e familiares vítimas de violência doméstica. As empresas que se enquadrarem nos requisitos poderão deduzir até 10% do imposto de circulação de mercadorias. Para terem direito ao incentivo fiscal, as contratantes serão obrigadas a cadastrar as vagas de emprego no Sistema Integrado de Atendimento à Mulher (SIV Mulher).

Entenda o Projeto de Lei

O PL de autoria da deputada Renilce Nicodemus (MDB) foi protocolado em março de 2020 e agora, após aprovação, seguirá para a análise do Executivo.

O Projeto deve atender mulheres e seus familiares, vítimas de violência doméstica, que forem cadastrados no SIV Mulher. As empresas deverão promover o fortalecimento da autoestima, da autonomia, do vínculo entre mulheres e a superação dos ciclos de violência vividos pelas vítimas. O PL prevê, também, que estas empresas ofereçam capacitação para que as contratadas estejam aptas para as funções demandadas pelo mercado de trabalho.

"A mulher vítima de violência precisa de apoio do Estado e dos mercados para se reinserir na vida cotidiana sem sofrer com os impactos da violência que foi vítima. Por conta disso, verificamos que o cenário em que se encontra mais dificuldades de libertação dessa mulher é justamente o ligado ao campo econômico. No campo da atenção devida aos empresários, o projeto de lei cria

uma política de incentivos fiscais para aquele que garantir o acesso ao emprego para mulheres vítimas de violência doméstica", explica a autora do PL.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

G1 Pará - Belem, 13 de agosto de 2021

Por Andréa França, G1 Pa — Belém
12/08/2021 11h34 Atualizado há 19 horas

Estelionatário é preso em SP após aplicar golpe de R\$ 60 milhões em mais de 500 pessoas em Belém

Olavo Renato Martins Guimarães, apontado como chefe do esquema, foi preso na casa dele em Indaiatuba, município distante 102 quilômetros da capital paulista.

Representante de uma empresa de investimentos, suspeita de aplicar golpes em mais 500 clientes em Belém, foi preso na manhã desta quinta-feira (12) em São Paulo, na segunda fase da "Operação Wolf" da Polícia Civil do Pará. Foram cumpridos mandados de prisão e busca e apreensão em desfavor do acusado dos crimes de estelionato, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

Segundo levantamento da PC, a empresa é responsável por esquema de movimentação de R\$60 milhões em fraudes.

A prisão do empresário Olavo Renato Martins Guimarães, apontado como chefe do esquema, foi na cidade de Indaiatuba, município que fica a 102 quilômetros da capital, São Paulo. Os agentes da PC do Pará, com apoio da polícia paulista, chegaram à residência dele no início da manhã.

Apontado pela Polícia como mentor de golpes milionários no Pará é preso em São Paulo

Além da prisão, foram apreendidos celulares, aparelhos eletrônicos e documentos, que devem ser periciados e fazer parte do inquérito instaurado.

O G1 tentou contato com a defesa de Olavo Renato Martins Guimarães, mas não obteve resposta até a última atualização da reportagem.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

De acordo com o delegado-geral da PC do Pará, Walter Resende, foi representado à Justiça o bloqueio de bens da associação criminosa, no valor de R\$43 milhões. O valor pertencia às vítimas lesadas. "Nossa expectativa é que esse montante seja devolvido aos investidores", afirma.

O preso foi levado para a sede da Polícia Civil em São Paulo e, após os procedimentos cabíveis, ele deve ficar à disposição da Justiça do Pará.

Investigação

As investigações apontam que o representante legal da empresa Wolf, "seria o criador do esquema piramidal", que funcionava com recrutamento de investidores, utilizando dos recursos financeiros dos clientes para remunerar membros das camadas anteriores da "pirâmide".

Na época em que foi divulgado o caso, as vítimas prestaram depoimentos à Polícia e disseram que muitos clientes foram atraídos pela oferta de lucros elevados em pouco tempo. A empresa Wolf Invest oferecia garantia de investimento com rendimento de até 10% ao mês.

Mais de 30 pessoas chegaram a registrar boletim de ocorrência contra a empresa de investimento financeiro. De acordo com as vítimas, os rendimentos dos valores investidos foram repassados pela empresa até maio de 2019, quando os pagamentos foram interrompidos.

Uma das vítimas relatou ainda que o dono da empresa disse que os clientes que investissem acima de R\$100 mil teriam uma escritura de imóvel no valor como garantia, chamada 'garantia imobiliária'. As vítimas, no entanto, nunca receberam a escritura ou a quantia de volta.

G1 Pará - Belem, 13 de agosto

Operação da Polícia Civil prende três suspeitos de tráfico de drogas no Icuí, em Ananindeua

Uma mulher foi presa em flagrante por tráfico de drogas.

Dois homens e uma mulher foram presos por associação para o tráfico de drogas em operação da Polícia Civil do Pará, na manhã desta quinta (12), no bairro do Icuí, em Ananindeua, região metropolitana de Belém. A operação denominada "Drugs" também cumpriu onze mandados de busca e apreensão no bairro, em investigações contra o tráfico de entorpecentes.

Um dos mandados foi cumprido na área do loteamento Warislândia. Na residência de um dos alvos, os três suspeitos foram presos e também os policiais encontraram 60 porções de maconha, que estava atrás de um roupeiro, embaladas e prontas para venda. A pena para este tipo de crime pode chegar a 15 anos de prisão.

De acordo com o superintendente da região metropolitana, Roberto Gomes, as investigações iniciaram há cerca de cinco meses pela UIPP do Icuí-Guajará, levantando pontos de venda de drogas no bairro. "

O delegado geral da Polícia, Walter Resende, afirmou que foram mapeados os pontos mais críticos, onde devem ser intensificadas as fiscalizações.

A ação teve apoio do 6º Batalhão de Polícia Militar e da Guarda Municipal de Ananindeua. Ao todo, foram 60 agentes de segurança pública atuando das diligências, que partiram da Seccional Urbana da Cidade Nova.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

1 Pará - Belem, 13 de agosto de 2021

Três pessoas são presas por tráfico de drogas em Muaná, no Marajó

Um homem e duas mulheres foram presos nesta quarta-feira (11) por tráfico de drogas em Muaná, no arquipélago do Marajó, no Pará. Com os suspeitos foram apreendidos pedra óxi, celulares e dinheiro.

De acordo com a Polícia Militar, agentes realizaram uma abordagem preventiva no município quando flagraram uma mulher em posse de uma quantidade de pedra de óxi. Os policiais realizaram diligências até chegarem em uma casa que teria fornecido a droga para a suspeita. No local, os militares encontraram mais drogas, quatro celulares e dinheiro. O casal que estava na residência foi preso.

Os suspeitos e o material apreendido foram encaminhados para a delegacia da cidade para a realização dos procedimentos cabíveis.

G1 Pará - Belem, 13 de agosto de 2021

Homem é preso por tráfico de drogas, em Dom Eliseu, no Pará
Suspeito transportava maconha, cocaína e crack quando foi abordado pelos policiais.

Um homem foi preso pela Polícia Militar na tarde desta quinta-feira, em Dom Eliseu, sudeste do Pará, após ser flagrado com maconha, cocaína e crack dentro de uma mochila. O suspeito carregava 795 gramas de maconha, 50 de cocaína e outras 10 gramas de crack, além de R\$172,50 em dinheiro.

A prisão do suspeito e apreensão das drogas ocorreu durante uma ação policial no bairro Liberdade, no município. Os militares realizavam ações de policiamento ostensivo no local quando realizaram a abordagem. O caso foi registrado na delegacia do município para a realização dos procedimentos administrativos legais.

G1 Pará - Belem, 13 de agosto de 2021

Duas pessoas são presas por tráfico de drogas em Paragominas

Mulher foi presa com quase 500 gramas de maconha na segunda-feira, 9. Homem abordado na rodovia BR-010 foi preso carregando mais de 8 quilos da droga.

Por G1 PA — Belém

Duas pessoas foram presas por tráfico de drogas em Paragominas, sudeste do Pará. As prisões aconteceram na segunda (9) e quarta-feira (11) e foram apreendidos quase nove quilos de maconha.

De acordo com a Polícia Militar, na segunda-feira militares apuraram informações que uma residência estava sendo utilizada como ponto de venda de drogas no bairro Nagibão, no município. No local, os agentes flagraram uma mulher com uma mochila contendo 460 gramas de maconha, dois rádios comunicadores e dinheiro. A mulher foi presa e apresentada na delegacia da cidade juntamente com os materiais apreendidos.

Na quarta-feira, durante ronda realizada na rodovia BR-010, os policiais iniciaram perseguição a um motoqueiro que se recusou a obedecer a ordem de parada. Durante abordagem, os agentes encontraram com o suspeito oito tabletes de maconha pesando aproximadamente 8,5 kg. O homem foi preso e apresentado na delegacia com a droga e a motocicleta apreendidas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Comerciante é fuzilado na porta de casa em Mocajuba

Um comerciante de 36 anos, identificado como Vony Ciclei Lopes Pereira, foi morto a tiros na noite desta quinta-feira, 12, em Mocajuba, município do Nordeste Paraense. Também conhecido pelo apelido "Mamão", o homem foi assassinado por volta das 21h, na frente de sua residência, que fica na Rua João Pedro Dias, bairro Monte Alegre, às margens do Rio Tocantins.

Segundo a polícia, testemunhas que presenciaram o crime contaram que dois homens em uma motocicleta seriam os responsáveis. A dupla se aproximou da casa de Vony, que era comerciante, e o homem que vinha na garupa disparou quatro tiros contra a vítima, que gravemente ferida, morreu quase que instantaneamente.

O caso foi registrado na Delegacia de Mocajuba, vinculada à Superintendência Regional da Polícia Civil no Baixo Tocantins. Até o momento, não se sabe o que pode ter servido de motivação ao crime, que segue em investigação.

Vídeo: Polícia Federal destrói mais de 81 mil pés de maconha no nordeste do Pará

A Polícia Federal no Estado do Pará, realizou, entre os dias 05 a 13 de agosto, em conjunto com o Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Pará, a Operação Fusarium com o objetivo de erradicar plantações de maconha, na região nordeste do Pará.

A operação teve o objetivo de descapitalizar os grupos criminosos que atuam no tráfico de drogas, impedindo que a droga fosse disponibilizada para consumo. Durante a ação, foram destruídos 81.284 pés de maconha e, dessa forma, cerca de 21 toneladas de maconha deixaram de ser produzidas no Estado.

A Operação Fusarium contou com a participação de 40 agentes de segurança pública, entre policiais federais, militares e bombeiros militares.

Além do trabalho repressivo, a coordenação da Operação também realizou o trabalho de prevenção e conscientização contra as drogas junto às crianças das escolas públicas municipais de Capitão Poço e Acará.

Justiça do Trabalho da 8ª Região retoma com 75% das equipes presenciais

Está previsto para segunda-feira (16/8) o retorno ao trabalho presencial de até no máximo de 75% das equipes das unidades judiciais e administrativas na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8), nos Foros Trabalhistas de Macapá (AP) e das comarcas paraenses de Abaetetuba, Ananindeua, Belém, Marabá, Parauapebas e Santarém e em todas as Varas do Trabalho sob jurisdição do Regional.

A decisão foi publicada por meio do [Ato Conjunto n. 027/2021](#) que altera normativa anterior sobre o protocolo para a retomada dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para prevenção de contágio pelo novo coronavírus (Covid-19). A gestão do TRT8 levou em consideração a atualização do Decreto paraense, de 31 de maio, que alterou o bandeiramento nas regiões metropolitanas I e II, do Marajó Oriental, Nordeste, Baixo Tocantins e Nordeste para verde, que é considerada uma zona definida pela capacidade hospitalar controlada e a evolução da doença em fase decrescente, mantendo o bandeiramento amarelo para demais regiões, caracterizando capacidade hospitalar em risco e evolução da doença relativamente controlada, bem como o Decreto n. 248, do governo do Amapá, de 19 de julho, que estabeleceu critérios da retomada responsável e gradual das atividades econômicas e sociais no estado.

Com a retomada gradativa do trabalho presencial e o aumento do números de pessoas vacinadas contra a Covid 19, todos os protocolos sanitários serão mantidos e cumpridos no TRT8 como o uso obrigatório de máscaras, respeito ao distanciamento social de dois metros e uso do álcool gel para higienização das

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

mãos. As audiências permanecem no formato telepresencial como estão sendo viabilizadas, de forma positiva, desde do ano passado.

Fonte: [TRT8](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Atividades de inteligência dão suporte à segurança do Poder Judiciário

A exacerbação de atos contra membros da magistratura, fóruns, oficiais de Justiça e profissionais do Judiciário evidenciam a importância da recente regulamentação da Polícia Judicial e a premente necessidade de modernização da Segurança Institucional. Essa foi a conclusão do debate realizado nessa quinta-feira (12/8), durante o [Simpósio Nacional para Difusão de Conhecimento de Segurança Institucional e Fomento da Cultura de Inteligência no Âmbito do Poder Judiciário](#),

A modernização não está relacionada apenas à inovações em matéria normativa, soluções tecnológicas, capacitação de recursos humanos ou outros temas relevantes, mas, sobretudo, à importância do emprego da atividade de inteligência que pode subsidiar decisões que promovam a mitigação de riscos inerentes à ameaças que possam subsistir contra a Justiça como um todo.

Além Constituição e leis ordinárias, os diálogos enfatizaram as resoluções do CNJ sobre a temática do simpósio, com destaque à [Resolução n. 344/2020](#), que regulamentou o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais e dispôs sobre as atribuições funcionais de agentes da Polícia Judicial. Em 2021, foram editadas, ainda, as Resoluções [n. 379](#) e [n. 380](#), para padronizar uniformes, acessórios e demais itens de uso de profissionais de segurança, tais como carteira de identidade e o documento autorizador do porte de arma de fogo institucional.

Leia também:

- [Atualização permanente de sistemas é essencial para segurança do Judiciário](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O secretário de Segurança do [Supremo Tribunal Federal \(STF\)](#) e membro do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário, Marcelo Canizares Schettini Seabra, explicou as razões que levaram a uma estrutura de uma polícia própria do Judiciário. “A necessidade foi imposta pelas situações vividas no âmbito do Poder Judiciário. O recrudescimento da violência contra os órgãos de estado e contra a própria Justiça são claros.”

Para ele, a Polícia Judicial tem a missão maior de preservar princípios do Judiciário, em especial a independência e imparcialidade. Com isso, a segurança institucional e as atividades de inteligência são fatores essenciais para a proteção desses princípios.

Schettini citou dados do Diagnóstico de Segurança do CNJ de 2016, quando havia 131 juízes e juízas ameaçados de morte, sendo 116 da Justiça Estadual, oito da Justiça do Trabalho e sete da Justiça Federal. “O Conselho Nacional de Justiça está trabalhando em um diagnóstico novo para ver o atual cenário e esse diagnóstico servirá para que possamos modernizar e tratar nossas resoluções e normas para tratar as vulnerabilidades indicadas no diagnóstico.”

O diretor do Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário do CNJ e também membro do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário, Luiz Octávio de Carvalho Penna, destacou a importância da regulamentação como pilar da estabilidade jurídica para a atuação da Polícia Judicial. “Isso mostra que a instituição é organizada, forte, que está sendo criada com muita padronização e uniformização. Isso dá muita credibilidade para o trabalho da segurança institucional.”

Inteligência

Penna ressaltou a [Resolução CNJ n. 383/2021](#), que criou o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário (SInSIPJ). A finalidade é subsidiar o processo decisório relacionado à segurança institucional,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

por meio da produção e salvaguarda de conhecimentos realizados pela atividade de inteligência.

Atualmente, o Comitê Gestor desse sistema trabalha em sua regulamentação. “Dentro do Comitê, nós montamos um Grupo de Trabalho com participação de magistrados e servidores, todos especialistas na matéria, e já temos a minuta pronta dessa doutrina de inteligência, que deve ser publicada no segundo semestre. E teremos um sistema por onde essas informações irão trafegar. É um sistema que já existe no Tribunal Regional da 4ª Região (TRF4) e, por meio de cooperação, estamos tentando difundi-lo para todo Poder Judiciário.”

Para a juíza auxiliar da Corregedoria do [Tribunal Superior do Trabalho \(TST\)](#) e membro do Comitê Gestor, Roberta Ferme Sivoiella, a modernização da segurança na Justiça passa por uma mudança de cultura. “Isto é essencial para se reconhecer essa unidade, essa representatividade, essa respeitabilidade de uma estrutura de segurança própria voltada para o Poder Judiciário.”

A importância de atuar com base em inteligência e contrainteligência, com a produção de conhecimento antecipado e confiável sobre assuntos relacionados à segurança do Judiciário, foi reforçada no Simpósio. Para o juiz do [Tribunal de Justiça de Minas Gerais \(TJMG\)](#), Wagner de Oliveira Cavalieri, a atividade de inteligência deve ser desmistificada e que, mais importante que andar em um veículo blindado ou usar um colete balístico, é saber que há uma equipe analisando e produzindo informações para salvaguardar a integridade de magistrados e magistradas. “A inteligência e a contrainteligência não apenas defendem o patrimônio, como salvam vidas.”

Segundo Cavalieri, a atividade é voltada para a proteção, prevenção, identificação e neutralização de ameaças. Ele ressalta que os tribunais devem fazer parte dos sistemas estaduais de inteligência, que, por sua vez, estão no Sistema Nacional. “Os protocolos têm que ser bem padronizados e conhecidos por todos. Tem que haver um monitoramento sistemático dos alvos de interesse.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

E deve haver uma comunicação prévia e constante aos magistrados quando se tratar de alvos de interesse, a fim de que eles possam abordar os temas com foco diferenciado.”

Também membro do Comitê Gestor, o juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) Reginaldo Márcio Pereira, ressaltou a importância da inteligência para o Poder Judiciário, especialmente o microssistema que cuida das vertentes criminais. “Como foi bem destacado, a atividade de inteligência tem dentro dos seus objetivos o assessoramento no processo decisório para antever as ações que vão atentar contra nossos ativos a serem protegidos,”

Comitê Gestor

O Comitê Gestor do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário é responsável por planejar, propor, coordenar, supervisionar e controlar as ações do Sistema Nacional de Segurança do Judiciário, além de elaborar a Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário e analisar propostas de programas apresentadas por tribunais e por associações representativas da magistratura. O colegiado ainda pode propor instrumentos de cooperação técnica, representações e recomendações a diversos órgãos e instituições com o objetivo de proteger a função jurisdicional e a segurança de magistrados e magistradas.

Carolina Lobo
Agência CNJ de Notícias

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br